

# DETERMINANTES DA FORMAÇÃO DO VALOR DA FORÇA-DE-TRABALHO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O CASO BRASILEIRO REFERENTE AO PERÍODO DE 1985-2000.

Roselaine Navarro B. da Silva<sup>1</sup>

Ana Laura Prestes de Oliveira<sup>2</sup>

Ieda Mara Cavilhão<sup>3</sup>

## *Resumo*

*O presente trabalho se preocupou com a análise de alguns dos elementos citados pelas Escolas Econômicas, a saber - Clássica, Marxista, Neoclássica e Keynesiana, enquanto responsáveis pela determinação/variação do salário (valor da força-de-trabalho). Para tanto, caracterizou-se inicialmente o momento histórico de implementação do salário mínimo, destacando-se os aspectos econômicos-sociais vigentes no referido momento, seguindo com breve exposição do poder aquisitivo do salário mínimo no período de 1970 ao ano de 2000. Posteriormente analisou-se o comportamento dos fatores influenciadores do valor do salário no período de 1985 a 2000, os quais foram, definidos a partir de um estudo das Escolas Econômicas anteriormente citadas. Para responder ao problema proposto analisou-se as oscilações dos seguintes indicadores: PIB brasileiro, oferta e demanda de mão-de-obra, preço dos bens de subsistência, investimentos (privados e públicos), além de se considerar a questão da atuação sindical. No que se refere aos resultados, o que se observou foi a confirmação da importância de tais elementos enquanto atuantes na determinação do preço da força-de-trabalho do trabalho.*

**Palavras-Chave:** Classe Trabalhadora, Preço do Trabalho, Escolas Econômicas

---

<sup>1</sup> Profa. Ciências Econômicas - UNIOESTE - Campus de Francisco Beltrão. E-mail: roselainenbs@gmail.com.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Ciências Econômicas e participante do Programa de Iniciação Científica Voluntária da UNIOESTE - Campus de Francisco Beltrão.

<sup>3</sup> Economista (Graduada em 2005) pela UNIOESTE - Campus de Francisco Beltrão

## **Introdução**

A ordem econômica fundamenta-se nas relações de troca entre os diversos indivíduos que através delas satisfazem suas necessidades. Desta forma, verifica-se que é normalmente pela remuneração percebida por cada componente da sociedade que se torna possível efetivar tais negociações. É neste contexto que a remuneração surge enquanto fator essencial para a valorização do trabalho humano, permitindo ao seu concessor (do trabalho) a satisfação de suas necessidades.

O salário mínimo é a remuneração básica do trabalhador, sendo assim, o seu valor deve ser capaz de proporcionar as necessidades mínimas para sua sobrevivência. No entanto, o que se verifica, no caso do Brasil, é que os trabalhadores que o têm como única fonte de renda, sobrevivem em condições de extrema dificuldade, ainda que afirme a teoria econômica que: “O preço natural do trabalho é aquele necessário para permitir que os trabalhadores, em geral subsistam e perpetuem sua descendência, sem aumento ou diminuição” (RICARDO, 1996, p. 67).

Com base no mencionado, há que se ressaltar que o aumento de seu valor, levando-o a alcançar índices suficientes seria providência urgente a ser tomada pelo poder público. Por outro lado, a cada novo reajuste o que se tem notado é a extrema dificuldade em atingir tal objetivo. Historicamente o salário tem deixado de cumprir o propósito pelo qual foi criado e tem demonstrado no seu poder-de-compra. Neste sentido, questiona-se que fatores influenciaram e influenciam tais perdas, ou melhor dizendo, são responsáveis pela fixação/manutenção do valor do salário mínimo (preço da força-de-trabalho)? É esta questão justamente que este estudo procurou enfrentar, utilizando-se para tanto da realidade brasileira no período compreendido entre 1985 e 2000. A investigação levou em conta a situação macroeconômica vivenciada pelo país, confrontando-a com o comportamento de alguns de seus indicadores econômicos (PIB, taxa de desemprego, valor dos bens de subsistência, sindicalização, investimento público e privado) elencados pelas escolas clássica, marxista, marginalista e keynesiana, como responsáveis pela determinação/variação do preço da força de trabalho.

### **Referencial Teórico: O Salário na Perspectiva Clássica**

A Escola Clássica foi a primeira a discutir a questão do valor.

Vários ensaios foram feitos por seus integrantes, dentre eles Smith e Ricardo que serão aqui mencionados.

Segundo SMITH (1996), não foi com o ouro e nem com a prata que se processou, de início, em todo o mundo, a aquisição de todas as formas de riqueza; seu valor, para aqueles que as possuem e desejam trocá-las por outros bens produzidos é precisamente igual à quantidade de trabalho que podem com elas adquirir ou dispor. Nasce assim a teoria do valor trabalho, com o reconhecimento de que em todas as sociedades, o processo de produção pode ser reduzido a uma série de esforços humanos. Desta forma, a teoria de SMITH (1996) enfatizou que o pré-requisito para que qualquer mercadoria tivesse valor era que ela fosse produto do trabalho humano (SMITH, 1996).

O valor de troca ou o preço era, para Smith, a soma de três componentes - salário, lucro e aluguel (renda da terra). Ele tinha consciência de que o valor do salário era resultado de uma luta, econômica, social e política entre trabalhadores e capitalistas. Os capitalistas por serem em menor número levavam vantagens em termos de Associações, a união era mais forte, além de permitida. Já os trabalhadores, em maior número, possuíam dificuldades em se associarem e também enfrentavam o medo de serem reprimidos por parte das autoridades e patrões. Destaca-se com isso o reconhecimento do mencionado autor quanto à importância da organização dos trabalhadores em classe, a fim de que estes pudessem ganhar força no processo de fixação do valor dos salários, bem como de outras questões de ordem trabalhista.

Para Smith o valor do salário sofre elevações de acordo com a realidade econômica vivida pelo país. O capital destinado aos investimentos e ao pagamento dos salários deve estar em constante crescimento, ou seja, a economia deve possuir um aspecto progressista, já que para ele não é a extensão efetiva da riqueza nacional, mas o seu incremento contínuo, que provoca uma elevação dos salários do trabalho. A necessidade deste crescimento contínuo está diretamente relacionada ao próprio crescimento (em número) da força de trabalho, de forma a permitir que esta não se torne excedente em grande volume (fator este que contribuiria para o rebaixamento do preço da força-de-trabalho).

Outros fatores podem também influenciar alterações no valor do salário, para tanto o autor citou o caso da Grã Bretanha, onde em determinadas estações do ano a produção de alguns elementos

básicos de subsistência é maior ou menor em certos períodos, o que torna o custo enfrentado pelo trabalhador, para a manutenção de sua família, ora maior ou menor.

Para RICARDO (1996), o trabalho era visto como uma mercadoria, que pode ser aumentada ou diminuída em quantidade, tendo seu preço natural e seu preço de mercado. O preço de mercado era definido pela relação entre a oferta e a demanda, já o preço natural é aquele necessário para capacitar os trabalhadores a garantir a subsistência e perpetuar a espécie, sem aumento ou diminuição. Portanto, variando de acordo com o caso específico de cada país, época, ou seja, dependendo do ambiente em que esteja inserido, o preço do salário natural tende à elevação ao se considerar como exemplo, o fato de o bem-estar da classe trabalhadora, passar a incluir objetos que antes eram considerados de luxo e aos quais o progresso tecnológico e, principalmente, social tornaram essenciais. Por outro lado, cabe destacar amparado no mesmo autor, que tal suposição tende a ser barrada devido ao fato de que a população, e mais especificamente a classe trabalhadora, possui uma tendência de crescer à frente da demanda do mercado de trabalho, o que pressiona o preço da força-de-trabalho para baixo.

De qualquer forma, defendem os integrantes da escola clássica que se o preço de mercado for maior que o preço natural, vigorarão melhores condições de vida. Este fato levará a uma tendência para a ampliação no número de nascimentos e redução no número de óbitos entre a classe trabalhadora. Com o aumento no número dos nascimentos, amplia-se a população, o que terá como resultado a expansão do número de trabalhadores e, conseqüentemente, no número de ofertantes de força-de-trabalho. O cociente deste processo mostra-se através da queda no preço de mercado da força de trabalho, que passa a ser igual o preço natural. No entanto, cabe destacar que até que ocorra o crescimento natural desta força de trabalho, o que leva de 14 a 18 anos, como destacou MALTHUS (1996) em seus “Princípios de Economia Política”, a classe trabalhadora terá obtido um ganho em sua qualidade de vida.

Se o preço natural do trabalho for superior ao preço de mercado, a qualidade de vida da classe trabalhadora estará comprometida, ou seja, a mesma não estaria obtendo, através do seu trabalho, o mínimo necessário para lhe garantir a subsistência. Neste caso, estabelecendo-se um raciocínio antagônico ao do parágrafo anterior, chegar-se-ia a um resultado final no qual a redução no

número de ofertantes de força-de-trabalho levaria a uma ampliação do preço-de-mercado da referida “mercadoria”, tornando-o novamente equivalente ao preço natural (RICARDO, 1996).

A variação no preço da força-de-trabalho, segundo Ricardo, só pode ser influenciada pela oferta e demanda de trabalhadores e pelo preço das mercadorias com as quais o salário é gasto. Ricardo era a favor da livre concorrência de mercado para a regulamentação do salário, exercendo, portanto, oposição à existência de regulamentações ou leis que influenciassem de qualquer forma o valor do salário.

### **O Salário na Perspectiva Marxista**

A Escola Marxista tem como grandes expoentes Marx e Engels. Marx fez uso da teoria do valor trabalho, construída pela escola clássica a fim de efetivar sua crítica ao sistema capitalista, afirmando ser o valor recebido pelo trabalhador enquanto salário, menor que o fornecido por ele ao capitalista.

Ratificando o que dizia a teoria clássica do valor trabalho, ele reafirmou que o valor de um bem é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção. “(...) o valor de uma mercadoria não é determinado pela quantidade de trabalho que nela realmente se corporifica, mas pela quantidade de trabalho vivo necessário para produzi-la” (MARX, 1996, p. 619). Para ele, os trabalhadores não recebem o valor correspondente ao transferido para as mercadorias por eles imediatamente produzidas, mas só o necessário para sua sobrevivência. Desta forma, ainda que as horas trabalhadas gerassem valores maiores que o que lhes fosse pago, esse “excedente” ficava para o capitalista. Nascia assim o conceito da mais-valia, diferença entre o valor incorporado a um bem e a remuneração do trabalho que foi necessário para sua produção.

O valor da mais valia é que origina o capital que é reinvestido na economia. “(...) do processo de trabalho que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor. Ele gera mais-valia, que sorri ao capitalista com todo o encanto de uma criação do nada. Esse tempo da jornada de trabalho chamo de trabalho excedente (...)” (MARX, 1996, p. 331).

Marx afirmava que a força-de-trabalho havia sido transformada em mercadoria pelo capitalismo, sendo o valor da mesma

correspondente ao socialmente necessário para sua subsistência e para reprodução da oferta de mão de obra. Neste aspecto, cabe ressaltar que o valor socialmente necessário pode ser influenciado por uma série de elementos (valor dos meios de subsistência, organização da classe trabalhadora, tamanho do exército industrial de reserva), os quais atuam tanto na sua composição, quanto na sua variação. Assim, variando tais elementos ocorrerá igualmente uma variação no tempo de trabalho da jornada de trabalho, definido por Marx enquanto tempo de trabalho necessário. Ressalte-se que reduções da parte da jornada de trabalho, compreendida enquanto tempo de trabalho necessário, implicam em ampliações do trabalho não pago (trabalho excedente) dispensado pelo trabalhador ao capitalista.

Marx defende que o trabalho é origem do valor e que o valor do trabalho depende, da variação no valor dos meios de subsistência (os quais têm seu valor gerado no tempo de trabalho necessário da jornada de trabalho), do aumento no número de ofertantes de força-de-trabalho, da organização da classe trabalhadora. Neste momento, é importante ressaltar o valor atribuído por Marx à questão do progresso técnico, que para ele é inerente ao capitalismo, logo, a procura relativa de trabalho, tende a diminuir. Marx diz também, que a redução na demanda relativa de trabalho por parte dos capitalistas pode ou não levar a diminuições sucessivas no valor do mesmo, o que dependeria da atuação das organizações de trabalhadores. Por outro lado, ocorrendo um aumento no exército industrial de reserva, a tendência é que o valor do salário seja fixado em patamares baixos, para o próprio enfraquecimento da organização da classe trabalhadora.

É inegável que, não obstante todas as vantagens produtivas que o progresso técnico traz ele costuma acarretar uma queda relativa na quantidade de trabalho demandada, tal como atestado por Marx ao refutar a teoria da compensação dos “economistas burgueses”, segundo a qual o progresso técnico, ao mesmo tempo em que eliminava postos de trabalho, criava outros. Vale destacar, no entanto, novos postos gerados passam a demandar trabalhadores “detentores de conhecimentos específicos”, para os quais os que perderam os postos de trabalho anteriores não estavam preparados, levando-os à necessidade de “reciclar seus conhecimentos, habilidades”, o que nem sempre é disponibilizado via setor público, viabilizando assim a realização de mais valia para uma classe

particular de capitalistas (MARX, 1985).

### **O Salário na Perspectiva Marginalista**

JEVONS, MENGER E WALRAS foram os fundadores da escola marginalista e da teoria neoclássica, tendo posteriormente MARSHAL aperfeiçoado a mesma. A década de 1870 foi tida como um divisor de águas para o pensamento econômico. De um lado, a Economia Clássica se revelara antiquada, pois não conseguira resistir à crítica marxista sobre a teoria do valor fundamentada no trabalho, e de outro, a Economia Neoclássica, com o postulado do valor enquanto elemento determinado pela utilidade marginal decrescente, formulada por “JEVONS, MENGER e WALRAS, a qual permanece como cerne da ortodoxia neoclássica até os dias atuais” (HUNT, 1981, p. 279).

Marshall ampliou a teoria do valor assentando-a na utilidade marginal, interligando a utilidade à procura na margem. De um lado, o trabalhador procura a maximização de sua satisfação de forma que seja sacrificada a menor quantidade de lazer possível. Do outro, as empresas pagam aos trabalhadores o valor correspondente à maximização do seu lucro, garantindo a obtenção de um resultado positivo e, portanto, satisfatório, o que em outros termos, significa dizer que o salário pago pelo capitalista não impediria a realização do referido lucro, observadas as condições de demanda da mercadoria produzida. Nestes termos, a empresas maximizam o lucro e os trabalhadores maximizam sua satisfação em relação ao consumo. O desemprego só existiria na forma voluntária, se o trabalhador quisesse receber por seu trabalho um valor maior que o produto marginal que ele produzisse.

Portanto, em situações de crise onde o desemprego apresentava taxas elevadas, os neoclássicos afirmavam que para haver um aumento do nível de emprego era necessário que os lucros aumentassem e o salário real diminuísse. Tal recomendação se pautava na crença de que em tais situações salário estaria fixado em um patamar mais elevado que o da produtividade marginal do trabalhador, ou seja, os salários deveriam diminuir para que os lucros aumentassem. Portanto, segundo a referida escola, o fator que estaria influenciando diretamente no valor do trabalho era a utilidade do mesmo, não havendo quaisquer relações antagônicas de força entre capital e

trabalho interferindo no estabelecimento do valor da força-de-trabalho.

### **O Salário na Perspectiva Keynesiana**

A Teoria de Keynes surgiu no início do século XX, num momento de instabilidade econômica mundial. Keynes (1983, p. 20) elaborou sua teoria em uma direção contrária à ortodoxia neoclássica, que defendia a existência do equilíbrio de mercado aliado ao pleno emprego e desemprego voluntário, fator este que seria combatido, pois, segundo afirmações do mesmo,

(...) não é muito plausível afirmar que o desemprego nos Estados Unidos em 1932 tenha resultado de uma obstinada resistência do trabalhador em aceitar uma diminuição dos salários nominais, ou de uma insistência obstinada de conseguir um salário real superior ao que permitia a produtividade do sistema econômico. Amplas são as variações por que passa o volume de emprego sem que haja qualquer mudança aparente nos salários reais mínimos exigidos pelo trabalhador ou em sua produtividade. O trabalhador não se mostra mais intransigente no período de depressão que no de expansão, antes pelo contrário.

Keynes demonstrou a possibilidade da ocorrência de equilíbrio sem o pleno emprego, ou seja, a ocorrência de desemprego involuntário. Tal possibilidade era explicada por ele com base no argumento da insuficiência de “Demanda Efetiva”.

No contexto em que escreveu a sua teoria, a situação econômica comprovava a existência de desemprego involuntário. Após a crise de 1929, o número de desempregados “explodiu”, o que de acordo com a ortodoxia neoclássica somente poderia ser resolvido com a redução do valor dos salários. Ou seja, a explicação para o desemprego segundo tal corrente econômica era de que os trabalhadores estavam ganhando mais do que a utilidade real gerada pelo seu trabalho, com isso os empregadores estavam reduzindo a sua demanda por mão-de-obra.

As argumentações e recomendações dos economistas de tal escola foram seguidas, no entanto, ainda que o governo as cumprisse, o efeito era contrário, ou seja, não se verificava redução no nível de desemprego. Como explicar tal fato? Era a pergunta que se fazia à época. É justamente visando responder esta questão que Keynes surge



com uma nova explicação para a causa da crise e, portanto, do desemprego. Segundo afirmou, a redução de salário não havia contribuído para amenizar os problemas de desemprego porque os capitalistas não se sentiam estimulados em função das expectativas que mantinham em relação ao mercado, a investir maiores montantes no setor produtivo. Em outras palavras, a expectativa quanto à utilidade marginal de novos investimentos havia se reduzido sobremaneira, ou seja, “(...) levando-se em conta certas condições da técnica de recursos e de custo dos fatores por unidade de emprego, tanto para cada firma individual quanto para a indústria em conjunto, o volume do emprego depende do nível de receita que os empresários esperam receber da correspondente produção. Os empresários, pois, esforçam-se por fixar o volume de emprego ao nível em que esperam maximizar a diferença entre a receita e o custo dos fatores” (KEYNES, 1983, p 30).

Ainda a esse respeito, cabe ressaltar que a redução do salário só contribuía para piorar a situação, haja vista que o efeito obtido era a redução da demanda de mercadorias pelos trabalhadores de uma forma geral. Conseqüentemente, reduzindo tais demandas, piorava o resultado obtido pelos capitalistas em termos de lucro, pois não conseguiam vender suas mercadorias, ampliando o número das mesmas diante de uma demanda efetiva menor que a oferta.

Nas palavras de Keynes (1983, p. 33),

(...) a propensão a consumir e o nível do novo investimento é que determinam conjuntamente, o nível de emprego, e é este que, certamente, determina o nível de salários reais – não o inverso. Se a propensão a consumir e o montante de novos investimentos resultam em uma insuficiência da demanda efetiva, o nível real do emprego se reduzirá até ficar abaixo da oferta de mão-de-obra potencialmente disponível ao salário real em vigor, e o salário real de equilíbrio será superior à desutilidade marginal do nível de emprego de equilíbrio. (...) Se em uma comunidade potencialmente rica o incentivo para investir for fraco, a insuficiência da demanda efetiva a obrigará a reduzir sua produção real até que, a despeito de sua riqueza potencial, ela se torne tão pobre que os excedentes sobre o consumo diminuam até chegar ao nível correspondente ao seu fraco incentivo para investir.

É neste sentido, que Keynes propõe medidas capazes de gerar renda e, portanto, demanda efetiva, a fim de recuperar a expectativa

da classe capitalista, e, portanto, fazer os níveis de investimento e emprego aumentarem, superando os níveis de poupança. Dentre as medidas recomendadas por Keynes, havia uma preferência pela prática de obras públicas, em função de que estas não reduziriam oportunidades de investimento futuras e, por outro lado, não ampliariam a capacidade produtiva, agindo somente no sentido de gerar renda, e, através desta aumentar a demanda efetiva.

### **Variação do Valor da Força-de-Trabalho: O Caso Brasileiro**

Conforme as escolas econômicas anteriormente mencionadas, os fatores determinantes do valor do salário ou, do preço da força-de-trabalho são: o crescimento econômico, que pode ser visualizado pelo comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), que representa o valor total de bens e serviços finais produzidos em um país durante um determinado período; o comportamento da oferta e demanda de mão-de-obra, que possui como termômetro desta relação a variação da taxa de desemprego; o custo de aquisição dos meios de subsistência necessários ao trabalhador, que neste estudo será visualizado através da variação do custo da cesta básica e ainda, o grau de sindicalização da força de trabalho.

Além dos elementos anteriormente mencionados, cabe ressaltar que a escola marginalista não aceita a menção a elementos que influenciam na pressão do salário para mais ou para menos do necessário a gerar uma utilidade perfeita ao trabalhador. Para a referida escola, o salário espelha exatamente o quanto de utilidade ele gera para as firmas, ou seja, o trabalhador percebe exatamente o quanto ele proporciona em termos de utilidade. Nesta perspectiva, não faz sentido mencionar que uma taxa de desemprego elevada seja causadora de reduções no valor do salário, haja vista que, só haveria desemprego se o trabalhador pretendesse ganhar mais do que gera em termos de utilidade.

Ainda na perspectiva de considerar os elementos influenciadores do salário, resta mencionar que a escola keynesiana, a partir das conclusões de Keynes acerca da demanda efetiva, concluiu que o comportamento dos agentes econômicos (especialmente os empresários) é fruto de expectativas criadas pelos mesmos diante de alguns indicativos econômicos, tal como a

demanda. Estas expectativas, por sua vez, afetariam as decisões de investimento e, a taxa de juros conseqüentemente.

A grande contribuição de Keynes veio no sentido de afirmar que o governo poderia antecipar-se à redução nos investimentos produtivos do setor privado (ocorrida devido à expectativas negativas do empresariado quanto à demanda), complementando tais investimentos a fim de reverter tais expectativas através do aumento de renda – demanda – consumo. Nesse sentido, a análise do comportamento da taxa de investimento é um bom termômetro da situação econômica do país, bem como da expectativa empresarial com relação à demanda dos bens e serviços produzidos.

Assim, optou-se por verificar a evolução da taxa de investimento agregada e estatal, a fim de visualizar se o investimento privado tem sido incentivado via investimento estatal, com vistas a perceber se este último tem atuado complementarmente ao setor privado, a fim de corrigir expectativas depreciativas do emprego e da renda.

Para verificar se a expectativa da classe empresarial tem se voltado com maior ou menor intensidade para os setores mais importantes na geração empregos, utilizar-se-á a verificação da participação dos setores no PIB.

O período definido para análise desses dados será analisados será de 1985 a 2000. Neste sentido, observar-se-á o contexto mundial na entrada da década de 80, para o qual serão ressaltados os efeitos dos dois choques do petróleo ocorridos na primeira metade e ao final da década de 1970, bem como as elevadas taxas de juros internacionais que afetaram, significativamente, o desenvolvimento econômico mundial. A escolha do referido período se justificou fundamentalmente em função de que toda a problemática, vivenciada pelo Brasil na década de 80, está envolta pelo crescimento da dívida do país, face ao cenário anteriormente citado.

## **Os Antecedentes da Década de 80**

Adentra-se a década de 1980 com a economia brasileira em um quadro de recessão no qual se destacava especialmente a escassa capacidade de importação e as elevadas taxas de inflação, refletindo assim o contexto externo de redução das remessas de capital para os países em desenvolvimento.

No que se refere ao processo inflacionário cabe ressaltar que o empresariado, a partir da elevação dos custos de produção incitada pelo choque do Petróleo passou a repassar tal elevação para o consumidor. Por outro lado, a situação de recessão acabou por se refletir na própria demanda de bens e serviços, reduzindo assim a margem de lucro da classe capitalista. Neste sentido, pode-se afirmar que houve um duplo movimento que contribuiu para o inflacionamento dos preços, o primeiro, fruto do repasse para os bens e serviços da variação nos custos de produção e o segundo, reflexo da tentativa de recuperação das margens de lucro em face de queda da demanda.

Em 1984, a economia mundial já se encontrava em recuperação e como reflexo nossas exportações aumentaram. Em tal momento, o país apoiava-se na desvalorização cambial para ampliar as exportações, tornando os produtos nacionais mais competitivos no mercado externo, especialmente em um momento no qual alguns dos projetos realizados no II PND ganhavam maturação.

### **A Variação do Salário Mínimo**

A fim de efetuar uma análise individual do comportamento de cada um dos elementos citados pelas escolas econômicas como influenciadores do salário primou-se por verificar o comportamento do mesmo para o período em questão, a fim de que seja possível, após a análise de cada um dos elementos, confrontá-los com o valor do salário em cada momento com o intuito de apreender a existência de tais influências. Ressalta-se, no entanto, que se optou por agregar à TABELA 01, a variação do salário para a década de 70, objetivando destacar a importante trajetória de crescimento vivenciada pelo Brasil naquele momento, e que serve de contraponto para as dificuldades enfrentadas posteriormente pela economia.

Como se verifica pela TABELA 01, o comportamento do salário para o período analisado – 1985-2000 mostrou bastante variabilidade, destacando-se, no entanto, quedas expressivas para os anos de 87, 90 e 92. Por outro lado, a partir do ano de 1995 o que se percebe é uma trajetória ascendente, ainda que esta não se equipare em termos de valores, àqueles atingidos especialmente na primeira metade da década de 80.

TABELA 01 – VARIAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO – 1970-2000

ANO	SALÁRIO*	%
1970	205	
1971	205,2	0,09
1972	210,5	2,58
1973	218,6	3,84
1974	206,3	-5,62
1975	220,2	6,73
1976	216,2	-1,81
1977	216,7	0,23
1978	221,7	2,30
1979	221,2	-0,22
1980	223,2	0,90
1981	222,4	-0,35
1982	225,4	1,34
1983	203,5	-9,71
1984	185,9	-8,64
1985	192,9	3,76
1986	199,6	3,47
1987	163,3	-18,18
1988	169	3,49
1989	169,9	0,53
1990	126,9	-25,30
1991	143,2	12,84
1992	130	-9,21
1993	143,4	10,30
1994	137,5	-4,11
1995	146,7	6,69
1996	150,7	2,72
1996	154,5	2,52
1998	160,8	4,07
1999	162,2	0,87
2000	167,8	3,45

FONTE: IPEA (2005)

NOTA:\* Deflacionado com base no ICV da FGV até 1979 e nos anos posteriores com base no INPC do IBGE (março 79) valores em reais.

Um outro ponto importante a se ressaltar é que, a despeito de ser o período de análise o de 1985 a 2000, nota-se que os valores

atingidos pelo salário mínimo para a década de 70 não foram retomados até o fim do período analisado. Assim, o que se verifica é a perda da classe trabalhadora em termos de capacidade de compra. Por outro lado, vale lembrar que tal perda tem como resultado a redução no consumo e, portanto, na demanda de bens e serviços, o que ocasiona, por sua vez, impacto negativo sobre a produção – emprego – renda, criando assim um ciclo decrescente para a atividade econômica e interferindo de forma negativa nas expectativas do empresariado. Em resumo, todas as variáveis que pressionam o valor do salário tendem, neste contexto, a mostrarem-se desfavoráveis, o que possivelmente poderia ser alterado através da decisão do governo de complementar os gastos do setor privado a fim de gerar renda e reverter o ciclo previsto, conforme destacado pela teoria keynesiana.

Na seqüência, segue a análise de cada um dos elementos mencionados enquanto influenciadores do salário.

## **Os Elementos Determinantes do Preço da Força-de-Trabalho**

### **O Comportamento do PIB**

O crescimento econômico foi um dos elementos citados pelas escolas econômicas enquanto influenciador do preço da força-de-trabalho. Para SMITH (1996) mais importante que a extensão da riqueza de um país é o crescimento contínuo desta, o que se visualiza através da evolução do seu Produto Interno Bruto. O aumento do PIB reflete, por outro lado, a confiabilidade do empresariado na economia, atestando a presença de campo para investimentos produtivos lucrativos. Assim, baseado em Keynes, é possível afirmar que uma trajetória decrescente do PIB, pode ser reflexo de um contexto de expectativas negativas do empresariado, o que, por conseguinte significaria um efeito negativo sobre a renda – a demanda – o emprego e, em relação à variação do salário.

Assim, tanto Smith quanto Keynes, ao ressaltarem a importante influência do PIB sobre os salários estavam igualmente falando da manutenção do consumo das mercadorias produzidas, pois é somente através demanda efetiva, que se confirmam expectativas positivas para a produção e o emprego futuro.

TABELA 02 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB – 1985-2000

ANO	PIB
1985	7,85
1986	7,49
1987	3,53
1988	0,06
1989	3,16
1990	4,35
1991	1,03
1992	0,54
1993	4,9
1994	5,85
1995	4,22
1996	2,66
1997	3,27
1998	0,22
1999	0,54
2000	4,45

FONTE: IPEA (2005)

A variação do PIB constante da TABELA 02 indica o comportamento do mesmo em taxa percentual de variação em relação ao ano anterior, a preços de 2000, ou seja, reflete a sua taxa de crescimento ano a ano. Conforme se verifica pela análise da tabela, ele apresentou uma forte queda entre os anos de 87 e 88, 91 e 92 e ainda, 98 e 99. Destaca-se ainda que, a despeito de se verificar para alguns períodos um comportamento de crescimento, tal como o visualizado para os anos de 89, 90, 93 e 94 e ainda 97 e 2000, as taxas de crescimento do PIB não se equipararam às taxas de crescimento presentes na década de 70, haja vista que, para o período compreendido entre os anos de 1971 e 1980 a taxa média de crescimento do PIB foi de 8,64%, destacando que a média se situou abaixo dos 10% devido às duas crises do Petróleo ocorridas no período, que se refletiram na queda da produção.

Ao analisar mais pormenorizadamente as altas e quedas da taxa de crescimento do PIB, verificou-se que para os anos de 85 e 86, o crescimento do PIB é ainda reflexo da maturação de alguns projetos

implantados no II PND. Esse crescimento foi possibilitado pela existência de capacidade de produção ociosa na economia e ainda em função da ampliação das exportações face à desvalorização do câmbio ocorrida no período, o que permitiu que os produtos nacionais se tornassem mais baratos e competitivos no comércio internacional. Em 1987 e 1988 as taxas de inflação elevadas e a queda dos investimentos, devido tanto à perda de capacidade de endividamento externo quanto às expectativas negativas formadas devido à situação macroeconômica do país, provocaram queda no PIB (MATOS, 2002).

Na entrada da década de 90, a abertura comercial entrou em vigor no país. A partir desta nova realidade, o país se viu submetido a um maior enfrentamento concorrencial. Durante este o governo adotou a redução tarifária e a eliminação das restrições não tarifárias, para a entrada de mercadorias no país. Tais medidas contribuíram para a redução do PIB brasileiro, pois o parque industrial nacional não se apresentava preparado para concorrer com países desenvolvidos e com tecnologias mais modernas. Assim, o comportamento do PIB de 1990 a 1992, apresenta-se decrescente, refletindo tal contexto. Esse foi um período de transição para a abertura comercial, reestruturação produtiva, bem como para implantação do Plano Real em 1994 (GREMAUD, *et al*, 2002).

Em 1994 implantou-se no Brasil o Plano Real, o qual tinha por metas prioritárias a redução da inflação e a valorização da moeda interna. No que se refere ao segundo ponto mencionado, adotou-se por medida política a valorização da moeda interna, o que possibilitou à indústria obter condições de se reestruturar para fazer frente ao novo nível de concorrência a que estava submetida. Face a tal contexto, elevou-se o nível de produção interna, aumentando conseqüentemente o valor do PIB, o que se estendeu até 1997, quando este voltaria a sofrer queda devido à instabilidade cambial vivida pelo país. Neste ano ocorreu o último pico de crescimento do PIB. No decorrer dos anos subseqüentes, observou-se uma desvalorização cambial e uma elevação nas taxas de juros, reflexo da conjuntura externa e da necessidade de conservar divisas no país, o que provocou efeitos depressivos sobre o indicador aqui analisado.

A situação de paridade cambial com o dólar havia se tornado insustentável, nossa balança comercial no ano de 1997 apresentava o maior déficit apresentado em todo período, atingido o pico de 1.404 milhões de dólares negativos conforme dados do DIEESE. Neste ponto é importante ressaltar que os contratos feitos em dólar tiveram seus valores



elevados, o que colocou tanto o governo quanto o empresariado em situação de elevação de dívida. Refletindo tal situação, o PIB apresentou crescimento modesto nos anos de 1998 e 1999, com pico de crescimento novamente em 2000, quando a economia passou a usufruir uma maior confiabilidade junto aos investidores externos, ainda que, por outro lado se verificasse a permanência de taxas de juros elevadas, as quais penalizaram o investimento no setor produtivo, impedindo desta forma quedas significativas nas taxas de desemprego e, portanto, variações positivas expressivas no salário, que garantissem a recuperação do poder de compra da classe trabalhadora.

Cabe ressaltar que a despeito de ter o PIB apresentado, em vários momentos, um comportamento de crescimento, as taxas de variação positiva observadas para alguns anos não apresentaram, em nenhum momento, a expressividade das taxas de crescimento ocorridas na década de 70, como já afirmado anteriormente, o que reafirma a condição negativa enfrentada pela classe trabalhadora diante da importância de tal indicador para a determinação do salário.

## **Oferta e Demanda de Trabalho**

Em seguida, dedicar-se-á a análise da oferta e demanda de trabalho, haja vista que estas se colocam enquanto fatores determinantes para a variação do valor do salário, tal como destacou SMITH, RICARDO e MARX. Cabe, no entanto, ressaltar que, para a referida análise, optou-se por retratar a taxa de desemprego vigente a nível nacional, a fim de verificar a situação total do país no que se refere ao resultado líquido entre oferta e demanda de trabalho. Por outro lado, optou-se ainda por retratar a variação em números absolutos e taxas percentuais de crescimento da População Economicamente Ativa para a grande São Paulo, haja vista ser a referida cidade o termômetro econômico do país, especialmente no que se refere ao mercado de trabalho.

TABELA 03 - TAXA DE DESEMPREGO ABERTO NO BRASIL – 1985-2000

ANO	TAXA	MÉDIA
1985	5,9	
1986	3,9	
1987	4,1	4,38
1988	4,2	
1989	3,6	
1990	4,6	
1991	5,2	
1992	6,1	
1993	5,7	5,46
1994	5,4	
1995	4,9	
1996	5,8	
1996	6,1	
1998	8,3	7,24
1999	8,2	
2000	7,8	

FONTE: IPEA (2005)

Segundo RICARDO (1996), a oferta de mão de obra em alta é que pressiona o valor do salário para baixo. Segundo a escola marginalista, a taxa de desemprego apenas retrata uma situação de não disponibilidade do trabalhador em aceitar os salários oferecidos, e que, portanto, os que se enquadram na situação de desemprego assim estão por opção, não havendo, desta forma, nenhuma pressão da taxa de desemprego sobre o valor do salário. Neste sentido, o que se visualiza nas TABELAS 03 e 04 a respeito das taxas de desemprego apenas retrataria uma opção da classe trabalhadora em não se dispor a trabalhar por um determinado salário, bem como da classe empregadora em não demandar trabalhadores por um dado salário.

No entanto, conforme já mencionado na análise do PIB, o nível de desemprego encontra sustentação diante de taxas de crescimento reduzidas, sendo que os mesmos elementos que influenciam no comportamento do PIB atuam no da demanda de mão-de-obra, ou seja, expectativas negativas do setor privado para investimentos produtivos, taxas de juros elevadas e uma preocupação do governo com a estabilidade fiscal, preocupações estas extremamente presentes na década de 90.

Um outro fato se revela importante na análise para a evolução das taxas de desemprego na década de 90 – o processo de

reestruturação produtiva vivenciado pelo país que, ao mesmo tempo em que permitiu aumentar a sua competitividade, se configurou enquanto poupadora de mão-de-obra, devido ao caráter mais avançado da tecnologia. Neste sentido, é possível afirmar que as taxas médias de desemprego apresentadas para o período analisado se mostraram ascendentes a partir da década de 80, em função do esgotamento na capacidade de financiamento do governo, da adoção de políticas de estabilização e ainda, devido à abertura comercial.

Conforme o exposto, pode-se dizer que a partir de então se impôs um desafio para o Brasil: manter-se competitivo e ao mesmo tempo absorver a População Economicamente Ativa sem ocupação.

TABELA 04 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E TAXA DE DESEMPREGO NA GRANDE SÃO PAULO – 1985-2000

ANO	PEA*	%	PEA-O**	%	PEA-D***	%	TX
							DESEMPREG O
1985	6580000	-	5935000	-	645000	-	9,80
1986	6929000	5,30	6423000	8,22	506000	-21,55	7,30
1987	6949000	0,28	6351000	-1,12	598000	18,18	8,60
1988	7139000	2,73	6525000	2,73	614000	2,67	8,60
1989	7144000	0,07	6665000	2,14	479000	-21,98	6,70
1990	7303000	2,22	6617000	-0,72	686000	43,21	9,39
1991	7669000	5,01	6864000	3,73	805000	17,34	10,49
1992	7839000	2,21	6710000	-2,24	1129000	40,24	14,40
1993	7899000	0,76	6848000	2,05	1051000	-6,90	13,30
1994	8064000	2,08	7048000	2,92	1016000	-3,33	12,59
1995	8189000	1,55	7108000	0,85	1081000	6,39	13,20
1996	8441000	3,07	7242000	1,88	1199000	10,91	14,20
1997	8590000	1,76	7164000	-1,07	1426000	18,93	16,60
1998	8788000	2,30	7259000	1,32	1529000	7,22	17,39
1999	9105000	3,60	7512000	3,48	1593000	4,18	17,49
2000	9221000	1,27	7727000	2,86	1494000	-6,21	16,20

FONTE:DIEESE (2005)

NOTA:

\*PEA

\*\*PEA ocupada

\*\*\* PEA desocupada

O índice PEA (População Economicamente Ativa) que corresponde à parcela da população em idade ativa que está ocupada ou desempregada é o índice que nos revela a quantidade de mão de obra existente no país.

A PEA da grande São Paulo foi apresentada na TABELA 04 em

números absolutos e em taxas percentuais de crescimento, retratando a evolução desta com base nos anos anteriores. Observou-se que a PEA mostrou um comportamento crescente durante o período de 1985 a 2000, o que é extremamente natural haja vista que a mesma revela o crescimento da população. No mês de dezembro de 1985, o número de pessoas em idade apta para o mercado de trabalho era de 6.580.000 milhões de trabalhadores. Até o término do período analisado no ano de 2000 observa-se um crescimento de 40,13% na oferta de mão de obra, chegando a 9.221.000 milhões de pessoas em 2000. A menor variação de pessoas em idade hábil ao mercado de trabalho é verificada para o período de 1988 a 1989 com crescimento de 0,07%. A PEA de 1985 a 1990 apresentou crescimento de 10,98% em 5 anos, representando apenas 27,38% do valor total da variação no período total analisado, o restante 72,62% do aumento ocorreu no decorrer da década de 1990 que apresentou maior crescimento relativo da PEA.

Conforme dados expostos, o montante da população economicamente ativa ocupada demonstrou um comportamento que confirma a análise feita para o Brasil no que se refere ao crescimento do emprego. Para melhor explicar tal fato, basta comparar a evolução da PEA ocupada (São Paulo) com a PEA (desocupada). No comparativo, o que se percebe é, com raras exceções, o crescimento muito maior no número da população economicamente ativa sem ocupação, o que repercute em taxas de desemprego elevadas e praticamente em níveis sempre ascendentes, com algumas exceções onde a mesma apresentou queda em relação aos anos anteriores, tal como o observado para 86, 89, 93 e 2000.

Cabe observar que a queda apresentada, no ano 2000, pode ser encarada como sinal de recuperação da confiabilidade do país em face da progressiva estabilização vivenciada pelo mesmo a partir do Plano Real, o que se refletiu na queda da taxa de inflação. Por outro lado, vale ressaltar que as taxas de desemprego ascendentes refletem possivelmente a adoção de novas bases tecnológicas que, enquanto poupadoras de trabalho, contribuem para ampliar o que MARX (1996) chamou de exército industrial de reserva.

Em resumo, ao se relacionar população economicamente ativa com o número de empregos ofertados no mercado de trabalho observa-se uma disparidade. A oferta é maior que a demanda, o que gera um exército nacional de reserva cuja tendência é de pressionar os salários para baixo.

## O Preço dos Bens de Subsistência e sua Influência sobre o Salário

A cesta básica é outro item que influencia na determinação do valor do salário mínimo. Conforme a Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936, regulamentada pelo Decreto Lei nº 399 de 30 de abril de 1938, o salário mínimo, deve atender as necessidades básicas de um trabalhador adulto. Por sua vez, a Constituição de 1988, artigo 7º, inciso IV, indica que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as necessidades de alimentação e as demais necessidades básicas de um trabalhador e de uma família e não mais de um indivíduo adulto somente. Com base nisso estruturou-se a Cesta Básica Nacional.

Os dados utilizados para composição da cesta básica são estipulados pelo DIEESE, que a estruturou com gêneros de primeira necessidade capazes de proporcionar o bem-estar, com quantidades balanceadas de proteína, calorias, ferro, cálcio e fósforo. Os produtos componentes (carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, tomate, pão francês, café em pó, banana, açúcar, banha/óleo e manteiga) são válidos para todo o país, possuindo variações de quantidade de uma região para outra.

TABELA 05 - COMPARAÇÃO PERCENTUAL DO SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO PARA ADQUIRIR O VALOR DA CESTA BÁSICA – 1985-2000

ANO	CESTA BÁSICA	%	SALÁRIO MÍNIMO	%	PORCENTAGEM
1985	231.350,59	-	322.080,00	-	71,84
1986	601,95	160,19	770	139,07	78,18
1987	1.719,98	185,73	2.009,00	160,90	85,61
1988	11.620,73	575,63	14.353,42	614,45	80,96
1989	165,18	1.321,51	231,37	1.512,33	71,39
1990	4.537,97	2647,28	4.811,72	1979,66	94,31
1991	22.599,66	398,01	29.981,48	523,09	75,38
1992	243.553,15	977,68	282.781,42	843,18	76,13
1993	5.152,31	2015,5	6.509,30	2.201,89	79,15
1994	54,43	956,89	49,94	668,30	108,99
1995	81,53	49,78	90,00	80,21	90,59
1996	94,94	16,44	108,00	20	87,91
1997	95,26	0,33	117,33	8,63	81,18
1998	95,41	0,15	126,67	7,96	75,32
1999	106,99	12,13	134	5,78	79,84
2000	115,38	7,84	147,25	9,88	78,36

FONTE: DIEESE (2005)

Relacionando-se o valor da cesta básica com o do salário mínimo, tem-se uma noção das alterações ocorridas nos mesmos em termos percentuais. O valor dos itens acima relacionados expressa uma média anual em moeda vigente no final de cada ano.

No período inicial de nossa série a moeda vigente no país é o cruzeiro, sofrendo alterações no ano de 1986, passou a se chamar cruzado e perdeu 3 zeros. Em 1989, nova alteração de moeda que agora passou a se chamar cruzado novo, perdendo novamente 3 zeros. No ano de 1990 a moeda é alterada novamente, dessa vez somente em relação à nomenclatura, sua nova denominação - Cruzeiro. Em 1993 a moeda foi alterada novamente, passando a se chamar Cruzeiro Real e sofrendo alteração de valor, perdendo 3 zeros. Finalmente no ano de 1994, o que se verificou foi uma alta no custo dos bens de subsistência, reflexa do crescimento inflacionário ocorrido no referido ano, cuja adoção de um novo plano de estabilização (Real) objetivava conter. Em julho do mesmo ano ocorreu a última alteração na moeda, passando então a vigorar o Real, vigente até o momento. Para a conversão monetária aplicou-se a divisão de 1 cruzeiro real por 2.750 URVs.

No início da série o valor da cesta básica custava 231.350,59 cruzeiros enquanto o salário mínimo estava no patamar de 322.080,00 cruzeiros, o valor da cesta básica comprometia 71,8% do valor do salário mínimo. Até o ano de 1988 observa-se que a porcentagem do salário a ser comprometido com a compra da cesta básica é crescente. Os preços dos produtos que a compõem aumentam consideravelmente até 1988, devido à inflação elevada, que posteriormente, é retraída no ano de 1988 através de planos econômicos de estabilização.

Os planos econômicos realizados para a estabilização da inflação até então, utilizavam-se da política de congelamento de preços como instrumento de contenção em momentos de pico inflacionário. Porém, essa política utilizada gerava expectativas inflacionárias nos agentes econômicos, que quando percebiam algum aumento da inflação, logo elevavam os preços temerosos de um novo congelamento.

O ambiente interno, a partir de 1990, desenvolvido pelo Governo Collor proporcionou uma folga entre o percentual do valor do salário mínimo, fruto da contenção da inflação face ao recolhimento monetário forçado ocorrido no início do referido governo. Posteriormente, no entanto, o que se verificou foi o retorno da

inflação, a qual se mostrou crescente, impactando novamente sobre o valor da cesta básica, que chegou em 1994 a demandar um valor maior que o do salário mínimo, 8,99 pontos percentuais a mais. Em seguida, o que se verificou foi uma redução progressiva do custo da cesta básica, com exceção para o final da década que apresentou um aumento. Cabe destacar que o comportamento presente a partir de 94 retrata o sucesso do plano Real na contenção da inflação.

O valor do salário mínimo no decorrer da série apresentada revela perda do poder aquisitivo, que não é restituída. O comportamento da variação durante o final do período é instável, porém o valor da cesta básica não atinge os patamares mínimos de utilização do valor do salário mínimo, conforme o início do período e alguns anos posteriores.

### **A Sindicalização no Brasil**

O sindicalismo é mais um dos fatores influenciadores no valor do salário, tal como destacado por Marx. A sindicalização iniciou-se no Brasil no século XIX, com a imigração européia. Naquele período a Europa passava por transformações e assistia uma série de movimentos da classe trabalhadora, reivindicantes de melhores condições de trabalho e melhor remuneração. No Brasil a classe trabalhadora urbana apresentava-se como uma novidade ao sistema, não existindo regulamentações às suas atividades. No final do século XIX é que passaram a existir as primeiras associações que originaram os sindicatos e Ligas Operárias, que reivindicavam melhores condições de trabalho e remuneração. A primeira manifestação de greve ocorreu em 1917 em São Paulo, tendo sido inicialmente reprimida com violência.

Na década de 1930, com o Governo de Getúlio Vargas, os sindicatos assumem uma nova caracterização. O então presidente concede à classe trabalhadora, direitos trabalhistas, oficialização dos sindicatos e promulgação da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Com essas medidas o governo obteve grande controle sobre as atividades sindicais no país. Nos anos 40 o sindicalismo perdeu o apoio do PCB (Partido Comunista Brasileiro) que foi extinto por possuir linha de pensamento contrária ao Governo vigente. Na década de 60 surgem as Ligas Camponesas no Nordeste, as quais se caracterizavam como nova ramificação dos sindicatos. O regime Militar de 64 reprimiu os sindicatos de forma severa através de intervenções e punições aos seus líderes, abafando as atividades do

mesmo durante o período militar. O sindicato volta somente a lutar em prol dos trabalhadores em 1978, o que é retratado por meio da greve ocorrida na Scania no ABC Paulista. A mobilização sindical inicia a retomada de luta pelos direitos trabalhistas, com o então conhecido líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva. Cria-se a CUT (Central única dos trabalhadores) para a unificação nacional dos trabalhadores.

Mais recentemente, na década de 1990, pesquisas realizadas pelo IBGE mostram que o número de sindicatos teve um aumento de 43% no período de 1991 a 2001, porém o número de sindicalizados não se elevou na mesma proporção. O número de trabalhadores sindicalizados apresentou aumento de 15,4 milhões em 1991 para 19,6 milhões em 2001, aumento relativamente menor se comparado ao aumento dos sindicatos.

Segundo o economista e professor da PUC-Rio, José Marcio Camargo, citado por Monteiro, os resultados da pesquisa realizada pelo IBGE só vem a mostrar a “fragmentação sindical”, a perda do poder dos sindicatos nas lutas trabalhistas. De acordo com Dedecca, citado por Monteiro, há um enfraquecimento dos sindicatos ligados à indústria bem como das categorias de trabalhadores vinculados ao sistema financeiro. Segundo o referido autor, os juros altos vigentes na economia a partir da década de noventa somados ao emprego das novas tecnologias, alteraram o sentido da luta travada entre os sindicatos e os empregadores, ou seja, antes se lutava por melhores condições de trabalho e remuneração, com o novo quadro o esforço se direciona para a manutenção dos empregos. Em resumo, os trabalhadores buscam condições de continuar no mercado de trabalho.

### **O Papel Complementar do Governo Enquanto Investidor**

Keynes destacou a importância da expectativa dos empresários no sentido de se promover um aumento da renda e, por conseguinte, do consumo, com vistas a reverter movimentos de insuficiência de demanda efetiva. Neste sentido, o autor destacou a importância da atuação do governo enquanto agente responsável por reverter expectativas negativas quanto à produção, o que se daria através de investimentos que atuassem enquanto geradores de renda e consumo, contribuindo desta forma para incentivar o investimento produtivo do setor privado. Tais investimentos poderiam ser voltados, por



exemplo, para o fornecimento de infra-estrutura, fator este necessário para influenciar decisões de investimento privado.

Neste sentido, cabe mencionar que o governo brasileiro, a partir da década de 30, assumiu um comportamento político-econômico pautado nas recomendações keynesianas, especialmente no que diz respeito aos investimentos. Tal comportamento se manteve basicamente até o final da década de 70, quando a crise do petróleo ao elevar a taxa de juros externa e, conseqüentemente, ao ampliar a dívida externa do país, levou ao esgotamento da capacidade de financiamento do setor público, impulsionando o governo a um comportamento de ajuste macroeconômico que objetivava resgatar a confiabilidade no país, transferindo o papel de investidor ao setor privado.

Os investimentos retratam além da situação de crescimento econômico do país, através do aumento na formação bruta de capital fixo enquanto porcentagem do PIB, a confiabilidade do setor privado na economia, o que incita ao investimento produtivo, bem como o espaço para investimentos lucrativos. Por outro lado, ao se analisar, em separado, a taxa de crescimento do investimento público e do privado, é possível perceber a atuação/ou não do Estado enquanto agente complementar responsável por reverter expectativas negativas quanto aos investimentos privados.

Neste sentido é importante observar que durante toda a década de 70, tanto o investimento agregado quanto o realizado pelo governo através das estatais, retratam uma trajetória ascendente, o que reforça, por um lado o papel keynesiano do Estado, preocupado na época com o investimento na estrutura industrial do país, visando a substituição de importações. Durante o mesmo período, verificou-se taxas de investimento total acima de 20%, o que por outro lado reafirmava a resposta do setor privado ao investimento realizado pelo governo através das empresas estatais, o qual percorreu uma trajetória ascendente até praticamente o final da década de 70, atingindo picos de pouco mais de 7% do PIB em 1978.

A partir da década de 80, a realidade que se verifica é de redução tanto do investimento agregado quanto do investimento estatal. A queda pode ser atribuída à crise interna vivida pelo país, desencadeada pela conjuntura internacional de elevação das taxas de juro, o que levou o governo a colocar-se em uma posição de buscar não mais o desenvolvimento enquanto item prioritário, mas principalmente o ajuste macroeconômico, especialmente a redução da taxa de inflação.

A partir de 90, o objetivo do governo passa a ser o de atuar não mais enquanto investidor em primeira instância e sim enquanto garantidor de uma estabilidade que propiciasse ao setor privado, os indicativos e as expectativas positivas para os investimentos que geram o aumento da formação do capital fixo e que contribuem para o crescimento econômico.

Um outro dado importante a observar é que o investimento agregado, a partir na década de 90, mostrou uma taxa média do investimento agregado para a primeira e a segunda metade da década de 14,96% e 16,84% respectivamente, revelando assim taxas inferiores às observadas tanto na década de 70 quanto na de 80.

Dessa forma, para o período analisado evidenciou-se que o governo possui importante participação no total dos investimentos através dos investimentos públicos e estatais. Os investimentos privados, por sua vez, apresentaram tanto para a década de 70, quanto 80 e 90, uma relação positiva com os investimentos governamentais, ou seja, eles foram estimulados por perspectivas boas de retorno. Em resumo, o capital privado possuindo infraestrutura básica e expectativas positivas, é impulsionado ao investimento, gerando crescimento econômico, este por sua vez se reflete no crescimento do PIB, do emprego e da renda.

TABELA 06 - TAXA DE CRESCIMENTO DO INVESTIMENTO TOTAL E ESTATAL NO BRASIL – 1970-2000

ANO	INVESTIMENTO		INVESTIMENTO	
	TOTAL*	MÉDIA	ESTATAL	MÉDIA
1970	20,5		2,81	
1971	21,3		2,23	
1972	22,2		3,69	
1973	23,6	23,02	2,2	3,28
1974	24,7		4,14	
1975	25,8		4,64	
1976	25		6,57	
1977	23,5		6,21	
1978	23,5	23,8	7,72	5,85
1979	23,5		4,46	
1980	23,5		4,3	
1981	21,6		4,58	
1982	19,9		4,4	
1983	17,2	18,28	3,87	3,63
1984	16,3		2,79	
1985	16,4		2,53	
1986	18,8		3,11	
1987	17,9		3,58	
1988	17	17,18	3,2	2,87
1989	16,7		2,72	
1990	15,5		1,72	
1991	15,1		2,28	
1992	13,9		2,3	
1993	14,1	14,96	1,7	2,04
1994	15,1		1,45	
1995	16,6		2,5	
1996	16,5		2,30	
1997	18		1,98	
1998	17,7	16,84	2,80	2,14
1999	16,2		1,73	
2000	15,8		1,90	

FONTE: IPEA (2005)

NOTA:

\* Percentual sobre PIB a preços de 1980.

Assim, pode-se ressaltar que durante o período de interesse do estudo - 1985 a 2000, observou-se uma considerável redução nos investimentos governamentais no comparativo com o comportamento dos anos 70. As crises internacionais, as elevações nas taxa de juros externas dificultaram a aquisição dos recursos para a continuidade do programa de investimentos.

Os planos econômicos vigentes de 1950 a 1970 privilegiaram os investimentos na produção, os quais se refletiam no crescimento econômico. Para fins comparativos é possível citar o limite atingido pela taxa de investimento no final de 1974 e início de 1975 – quase 26% do PIB. No entanto, nas décadas seguintes os montantes destinados ao investimento não apresentaram o mesmo comportamento daquele vivido nos chamados trinta anos gloriosos. Em nosso período de estudo a maior taxa de investimento ocorreu entre 1985 e 1986 e se situou em torno de 18% do valor do PIB, 8 pontos percentuais menor que o ápice da taxa de investimento da década de 1970.

O término da década de 1980 foi marcado por inflação alta, escassez de capital e juros altos que desestimulam o investimento, gerando incertezas. O governo possuía como principal meta a contenção da inflação, o que implicou na adoção de políticas restritivas quanto aos gastos públicos em investimento.

A partir de 1990, com o Governo Collor, a abertura comercial e as altas taxas de juros para captação de capital externo visando o aumento em nossas reservas desestimulam ainda mais os investimentos, já que eram acompanhadas por uma inflação extremamente elevada que acompanhou toda a década de 80 e a primeira metade da década de 90, especialmente até 1994. A partir do Plano Real em 1994, o cenário inflacionário começou a se alterar e com ele a confiabilidade na economia, o que se refletiu em uma pequena taxa de crescimento do investimento em 1994 e 1995.

Com a estabilidade econômica, evidenciada pelo controle da inflação pós-Plano Real, esperava-se que a taxa de investimento se recuperasse. O Plano Plurianual de 1996 havia previsto taxas de investimento de 19% em 1996, 19,5% em 1997, 20% em 1998 e 20,5% em 1999, no entanto, a realidade não confirmou a concretização de tais estimativas, que apresentaram um crescimento de 16,54% em 1996, 18 em 1997, 17,7% em 1998 e 16,2% em 1999, de acordo com o IPEA. Foi a vez das altas taxas de juros internas, contribuírem para o desestímulo do investimento, pois estas agiam no sentido de captar capital externo para equilibrar os déficits na balança de pagamentos (MATOS, 2002).

TABELA 07 – INFLAÇÃO NO BRASIL – 1971-2001

PERÍODO	TAXA DE INFLAÇÃO
1971-74	22,2
1975-79	55,1
1980-85	158,1
1986-90	1 076,7
1991-95	1 116
1996-99	9,2
2000-01	10,1

FONTE: IPEA (2005)

Vale ressaltar que a conjuntura macroeconômica vivenciada pelos mais diversos países, especialmente a partir do processo de globalização, implica na forte influência sobre as economias nacionais da conjuntura externa, o que evoca muito mais que apenas vontade política para o retorno a trajetórias de crescimento elevado, como as vivenciadas na década de 70.

Se por um lado, é possível afirmar que todos os elementos destacados pelas escolas econômicas enquanto influenciadores da variação do valor do salário demonstraram uma significativa interdependência para o período analisado, o que ratifica a importância de cada uma das variáveis, com destaque para o comportamento da taxa de investimento – enquanto determinante do crescimento econômico e da geração de emprego e renda. Por outro, há que se destacar que os investimentos nos setores produtivos, não necessariamente implicarão em reduções fortes da taxa de desemprego, haja vista a adoção de tecnologias cada vez mais potencializadoras da produtividade do trabalho, o que de acordo com Marx, é um sintoma do próprio desenvolvimento capitalista.

A composição dos investimentos privados realizados no período posterior a 1985 até o ano de 1995 (período do qual possuímos informações), reflete uma alteração nos setores investidos, que conseqüentemente alteram a participação de cada setor na formação do PIB brasileiro. No ano de 1989 tem-se a primeira considerável redução do valor do setor industrial que se transfere ao setor financeiro. A participação da indústria na formação do PIB que era de 37,9% em 1988, passa para 34,5% no ano de 1989 e o setor das instituições financeiras que era de 12,7 % em 1988, se altera para 19,5% em 1989. Observa-se através desses movimentos que o investimento privado mostra uma tendência para o deslocamento

do seu foco de investimento que era a indústria para outros setores da economia, no caso o setor financeiro, devido aos juros altos, aos riscos e incertezas de investimento no referido setor.

TABELA 08 - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO PIB - 1977-1996

ANO	INDÚSTRIA	AGROPECUÁRIA	SERVIÇOS	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
1977	38,6	12,6	48,8	7,5
1978	39,5	10,3	50,3	8,6
1979	40,1	9,9	50	8,4
1980	40,6	10,2	49,2	7,9
1981	39,1	9,5	51,4	10
1982	40,3	7,7	51,9	9,8
1983	37,8	9,0	53,2	11,4
1984	39,4	9,3	51,3	10,5
1985	38,7	9,0	52,3	11,0
1986	38,7	9	52,3	11
1987	38,5	7,7	53,8	13,1
1988	37,9	7,6	54,5	12,7
1989	34,5	6,9	58,6	19,5
1990	32,8	6,9	60,3	13,4
1991	32,1	7,1	60,9	11,4
1992	31,1	7,5	61,4	13,1
1993	31,9	7,1	61	16,3
1994	32,4	7,4	60,3	13
1995	31,6	7,4	61	7,6
1996	31,7	7,5	60,9	

FONTE: VASCONCELLOS et al. (1999) *Apud* MATOS

### Considerações Finais

Na determinação do valor da força de trabalho, o salário é influenciado diretamente pelos fatores citados pelas Escolas Econômicas Clássica, Marxista, Neoclássica e Keynesiana, estudadas no presente trabalho.

A Escola Clássica com a determinação dos fatores influenciadores elencados por Smith, Ricardo e Malthus, expõe o crescimento contínuo da riqueza representado pelas alterações no valor do PIB; a variação na oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho representado pela PEA (População Economicamente Ativa) do país e o valor dos bens considerados essenciais à sobrevivência e à continuação da espécie, os valores da cesta básica. Verifica-se a influência do PIB brasileiro na determinação, bem como na

permanência do salário em patamares considerados baixos, devido à instabilidade e pequenas taxas de crescimento no decorrer do período. O contínuo crescimento na oferta de mão-de-obra no mercado é outro determinante para a sustentação do valor do salário em patamares baixos. Já o valor da cesta básica, para o período analisado, tem demonstrado aumentos superiores ao repassado ao valor do salário mínimo.

A Escola Marxista aponta como elementos principais de tal determinação/variação o exército nacional de reserva e a sindicalização da classe trabalhadora. Neste sentido, observou-se para o período um insistente crescimento da taxa de desemprego, contribuindo para a pressão ao valor do salário, ou melhor, para a não recuperação do seu poder de compra. Por sua vez, os movimentos sindicais que poderiam lutar para melhoria salarial, nos últimos anos tiveram um deslocamento dos objetivos de suas lutas; que do embate por melhores condições de trabalho e salários, passaram a lutar pela manutenção das vagas de trabalho, contribuindo para que a ação dos empregadores na melhoria salarial seja deixada de lado.

A análise do papel do governo na economia, à luz da teoria keynesiana indicou que a diminuição das taxas de investimento, por parte do mesmo pode ter influenciado de forma negativa os investimentos privados, o que se verifica pelo desempenho do PIB. Dessa forma, a geração de renda, que seria estimulada pelo governo para crescimento do consumo e que, posteriormente atuaria possivelmente enquanto fator animador da produção e dos investimentos por parte do setor privado se mostrou decrescente em praticamente todo o período analisado. As incertezas inflacionárias e a desconfiança por parte do setor privado, na economia brasileira, se comportaram enquanto freio aos investidores.

Assim, apoiando-se nos dados analisados, é possível atestar que os fatores elencados pelas escolas econômicas anteriormente mencionadas atuaram no período analisado influenciaram na determinação/fixação do valor da força-de-trabalho em níveis tão reduzidos.

## **WORK FORCE FORMATION VALUE: A CONTRIBUTION TO THE BRAZILIAN CASE TO THE PERIOD 1985 – 2000.**

### ***Abstract***

*The present work analyses some of the elements mentioned by some Economical Schools such as Classical, Marxist, Neoclassical and Keynesyanistic, once they are responsible for the determination/variation of the wage value (work force value). To do so, the historic context of the minimum wage put into operation was firstly characterized, bringing out the inner and outer social-economic aspects that decided that period, following a brief exposition of the minimum wage purchasing power from the 70's until the year of 2000. Subsequently the factors behavior that affect the wage value was analyzed from 1985 until 2000. These factors were exposed according with the theoretical reference, rescuing for such the study of those Schools already mentioned. To solve the problem brought by this work, the variation of the following indexes were analyzed: Brazilian GNP, demand and supply of labour, the subsistence goods price, investments (private and public), trade unions behavior. Concerning the results, it was observed how important such elements are as they act to determine the work force price.*

**Key words:** *Working Class, Wage of Work, Economical Schools*

### **Referências**

- FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.** 2ª Ed., São Paulo: Nova Cultural, [1920], 1986 Coleção (Os Economistas).
- GREMAUD, A.P. *et al.* **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Atlas, 1997.
- **Economia Brasileira Contemporânea.** 4ª Ed., São Paulo: Atlas, 2002.
- HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico.** 7ª Ed., Rio de Janeiro: Campus, 1981.
- KEYNES, J. M. **A Teria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.** São Paulo: Abril Cultural (Os Economistas), 1983.
- MALTHUS, T.R. **Ensaio Sobre a População.** São Paulo: Nova Cultural, [1798], 1996. Coleção (Os Economistas).
- MARX, K. **O Capital.** São Paulo: Nova Cultural [1876], 1996. Coleção



(Os Economistas).

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, [1876], 1985.

MATOS, P. O. **Análise dos Planos de Desenvolvimento Elaborados no Brasil após o II PND**. Piracicaba, 2002. 203f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Setor de economia aplicada, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.

MONTEIRO, R. R. **Cresce a Sindicalização no País**. Disponível em: [http://www.Romildo.com/sindicalismo/sindical\\_artigo\\_jor002d.htm](http://www.Romildo.com/sindicalismo/sindical_artigo_jor002d.htm). Acessado em 29 de outubro de 2004.

MOTA, C.G. **Brasil em Perspectiva**. 7ª Ed., São Paulo: Difel, 1976.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultural LTDA [1817], 1996. Coleção (Os Economistas).

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultural [1776], 1996. Coleção (Os Economistas).

IPEA. Dados Estatísticos para o Brasil (Valor Salário Mínimo, Taxa Crescimento PIB, Taxa de Desemprego Aberto, Investimento Agregado, Investimento Estatal, Inflação). Disponível em <http://www.ipea.org.br>. Acesso em 15/08/2005.

DIEESE. Dados Estatísticos para o Brasil (População Economicamente Ativa e Taxa de desemprego para Capital Paulista, Cesta Básica – média nacional). Disponível em <http://www.dieese.org.br>. Acesso em 12/08/2005.

**Recebido: 21/06/2006**

**Aprovado: 07/08/2006**



This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.